



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

59

HABEAS CORPUS Nº 328934-5 – Recife (1ª Vara do Tribunal do Júri)

IMPETRANTE: a Bela. Sandra Cassiano Perez Rivera

PACIENTE: Gleybson Lima da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa

EMENTA: Penal e Processual Penal. Habeas Corpus Liberatório. Homicídio Qualificado e Bando. Prisão Preventiva. Alegação de Constrangimento Ilegal por Excesso Injustificável de Prazo no Desate da Instrução. Segregação decorrente de Outros Títulos Constitutivos em Outros Feitos Criminais, um deles Condenatório. Coação Extralegal Não Configurada. Mandamus Denegado. 1. Avultando dos autos que a segregação do paciente tem espeque em outros títulos constitutivos em ações penais diversas, um deles condenatório com trânsito em julgado, não colhe a asserção de que o paciente está a sofrer constrangimento ilegal por excesso de prazo na ação catalisadora do writ, que apresenta, por sinal, pluralidade de réus e marcante complexidade, já estando, diga-se, a propósito, com a instrução iniciada e dificultada pela não localização de testemunhas, movidas, decerto, pelo temor de envolvimento na elucidação de delito que abrange grupos criminosos rivais. 2. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus n.º 328934-5, da Comarca do Recife, em que figuram como partes as acima referidas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 08/04/2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta da ementa e dos votos em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 08/04/2014

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

HABEAS CORPUS Nº 328934-5 – Recife (1ª Vara do Tribunal do Júri)

IMPETRANTE: a Bela. Sandra Cassiano Perez Rivera

PACIENTE: Gleybson Lima da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADORA: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa

RELATÓRIO

A Bela. Sandra Cassiano Pérez Rivera, através da peça de fls. 02 a 03, impetrou *habeas corpus* liberatório, com postulação de liminar, em favor de Gleyson Lima da Silva, acusado da prática dos delitos previstos nos artigos 121, § 2º, II e IV, e 288, § único, do Código Penal (proc. nº 0129441-71.2009.8.17.0001), apontando como autoridade coatora a Juíza da 1ª Vara do Júri da Capital.

Argui a impetrante, em suma, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso injustificável de prazo na prolação da sentença, visto que se encontra recolhido no Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros e o processo data do ano de 2009, fazendo jus, assim, ao benefício da liberdade provisória, até porque ausentes do motivos permissórios da prisão preventiva, não podendo ficar o olvido o princípio da presunção de inocência.

Pede, alfim, a concessão da ordem, com o conferimento ao paciente do direito de aguardar o desfecho da ação penal em liberdade.

Indeferido o pleito de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 19 a 20, com o acompanhamento dos documentos de fls. 21 a 34, clarificando, de início, que o paciente foi denunciado, juntamente com outros três imputados, como incurso nos artigos 121, § 2º, incisos II e IV, e 288, § único, do Código Penal, narrando a peça acusatória que, no dia 31.01.2009, por volta das 11:50 horas, na comunidade da Ilha de Joaneiro, o paciente, em comunhão de desígnios com outros denunciados, efetuou disparos de arma de fogo que ceifaram a vida de Thiago Belmiro da Silva, constando que os acusados e a vítima eram envolvidos com a criminalidade e faziam parte de grupos criminosos rivais, chegando ao conhecimento do grupo do paciente que a vítima pretendia matar o corréu Anderson Henrique da Silva, razão pela qual o paciente e os outros imputados resolveram matá-la antes.

Acrescentou que a prisão preventiva do paciente foi decretada em 26.05.2010, precisamente com fins no permissório da garantia da ordem pública, porém o enfocado Gleybson já se encontrava preso por outro feito criminal.

Informou, ainda, a Juíza Processante, que o paciente responde a outra ação penal na 4ª Vara do Júri da Capital, além de responder também por mais uma ação criminal na 1ª Vara de Entorpecentes da Capital, tendo sido condenado, perante a 2ª Vara de Entorpecentes da Capital, no processo nº 0101462-37.2009.8.17.0001, ao cumprimento da pena de 7 (sete) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa.

mata- Relator: Des. Roberto Ferreira Lins



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

61

Clarificou, mais, que a instrução já foi iniciada, contudo o feito enfrenta dilação decorrente da dificuldade de localização de testemunhas, estando a designação de nova data a depender de diligências ordenadas para a localização da última testemunha do rol da denúncia.

A Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 38 a 40, opinou no sentido da concessão da ordem, por entender configurado o excesso injustificável de prazo na formação da culpa.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Desejo salientar, *ab initio*, que a biografia do paciente, lamentavelmente, é tísada pela reiteração delitiva desde a sua adolescência (vide fl. 49), constatação que aponta para sua marcante periculosidade social, pesando sobre ele a condenação ao cumprimento da pena de sete anos de reclusão e quinhentos dias-multa, por violação do artigo 33 da Lei nº 11.343/06, ocasião em que o Juiz da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a entorpecentes da Capital a ele negou o direito de apelar em liberdade, pois esteve preso durante a instrução em nome da garantia da ordem pública (vide fls. 50 a 53).

Além disso, no dia 10 de março do ano em curso, o paciente foi pronunciado, juntamente com os mesmo corréus da ação penal catalisadora deste Writ, perante a 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, precisamente no processo de nº 0123048-33.2009.8.17.0001, como incurso nas sanções dos artigos 121, § 2º, incisos II e IV, e 288, parágrafo único, do Código Penal, feito criminal esse no qual figura como vítima Clíster Paulino Vilas da Silva, de antonomásia "Cris", tendo sido igualmente mantida a prisão do paciente e dos corréus, que permaneceram presos durante a primeira fase do procedimento do Júri (vide fls. 45 a 48).

Colhe-se, dessa forma, que a prisão do paciente ocorreu em data anterior ao decreto preventivo exarado contra ele na ação penal ensejadora deste *mandamus* e tem espeque, na verdade, no âmbito do hoje, em condenação com trânsito em julgado emanada da 2ª Vara de Entorpecentes da Capital (fls. 54 a 56), assim como na constrição mantida na decisão de pronúncia de fls. 45 a 48, exarada pelo Juiz da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Outros títulos, em rigor, estão a lidimar a permanência do paciente no cárcere, afastando, por completo, a excogitação de que ele está sofrer coação extralegal em sua liberdade de locomoção em decorrência da ação penal motivadora deste *habeas corpus*.

Como se não bastasse, a ação penal em apreço, a de nº 0129441-71.2009.8.17.0001, com fluxo perante a 1ª Vara do Júri da Capital, apresenta pluralidade de réus, em número de quatro, e visível complexidade, mormente em se cuidando de feito que envolve, conforme consta das informações, grupos criminosos rivais, prejudicando, como está a ocorrer no caso concreto, a produção da prova testemunhal, evidentemente pelo temor das pessoas da localidade onde ocorreu o

36



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

62

delito de exposição na elucidação do fato criminoso, com medo de represálias tão comuns no contexto de refrega entre grupos criminosos rivais.

Anote-se, a propósito, ao fulgor das informações de fls. 19 a 20, que a Juíza Processante vem envidando esforços para a conclusão da instrução, enfrentando dificuldades exatamente na localização das testemunhas do rol da denúncia, faltando apenas ser ouvida a última daquelas arroladas pelo Ministério Público.

Cuido, nesse cenário, que o paciente não está a sofrer o cogitado constrangimento ilegal em decorrência da ação penal em tela, pois a sua segregação tem finca em títulos constitutivos diversos, como acima explicitado, não fazendo jus, dessarte, ao perseguido benefício da liberdade interina, porque presente, de modo manifesto, o pressuposto da garantia da ordem pública, notadamente para a evitação da reiteração delitiva.

Em sendo assim, dispensando-me de outras reflexões, voto, sem hesitação, lamentando dissentir do pensamento da operosa Procuradoria de Justiça, no sentido da denegação da ordem.

Sugiro à Câmara, por zelo, a expedição de ofício ao Juízo impetrado, no sentido de que priorize, na medida do possível, o desate da primeira fase do procedimento do Júri na ação penal de nº 0129441-71.2009.8.17.0001.

É como voto.

Recife, 08 de Abril, 2014

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator